

Olá, pessoal. Tudo bem?

A seguir a correção da Prova de Contabilidade do Tribunal de Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

Uma prova padrão da FCC, sem surpresas. TODAS as questões foram trabalhadas no nosso curso!

Esperamos que gostem dos comentários! Estamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Um abraço.

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa/Julio Cardozo.

Sigam nosso Instagram: @contabilidadefacilitada

CORREÇÃO – CONTABILIDADE TRE SP – TIPO 001

27. (FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)

Um dos mais importantes títulos do mercado financeiro são as debêntures. Com elas, as empresas podem se financiar de acordo com o fluxo de caixa que melhor se adequa à sua estratégia de financiamento. As empresas podem emitir debêntures com prêmio, ou seja, valores recebidos na emissão de debêntures acima do valor nominal determinado para a liquidação desses valores mobiliários. De acordo com a legislação vigente, esse prêmio é tratado como

- a) Reserva de capital, no patrimônio líquido.
- b) Prêmio a amortizar, no passivo.
- c) Custos a amortizar, como redutora de passivo.
- d) Prêmio a amortizar, no patrimônio líquido.
- e) Receita financeira, no resultado do período.

Comentários:

Sugestão de recurso!

A d. Banca Examinadora indicou, como gabarito preliminar, a letra b: Prêmio a amortizar, no passivo.

Ocorre que a contabilização do prêmio das debentures se altera, conforme o desenvolvimento da operação.

O **Prêmio na emissão de debêntures era classificado como reserva de capital**. Com o advento da Lei nº 11.638 e 11.941, **ele**

passou a ser registrado inicialmente no Passivo Não Circulante – Receitas Diferidas e apropriado ao resultado como receita, conforme o regime de competência.

Assim, a resposta da banca considerou o momento inicial da operação.

Num segundo momento, o prêmio das debêntures começa a ser transferido para o Resultado do Exercício, como receita financeira. Assim, a resposta “e” também pode ser considerada correta.

Finalmente, o prêmio é transferido para o Patrimônio Líquido, incorporado no resultado do Exercício, e a empresa poderá, se quiser, constituir Reserva de Lucro, para evitar a tributação do Imposto de renda.

Assim, há duas respostas corretas, a depender do momento considerado na operação.

Faltou, portanto, prezado examinador, a indicação do momento a ser considerado.

A mesma banca elaborou questão semelhante, em 2012:

(FCC/TRF 2ª/Analista Contabilidade/2012) A partir de 1o de janeiro de 2008, de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade, o **prêmio recebido na emissão de debêntures** passou a ser contabilizado, **na data do fato contábil**, como:

- (A) receita diferida a apropriar.
- (B) reserva de capital.
- (C) receita de aplicações financeiras.
- (D) resultado positivo da equivalência patrimonial.
- (E) receita de juros no próprio exercício da emissão da debênture.

Gabarito: letra A (Grifamos).

Assim, por não ter indicado o momento que deve ser considerado na contabilização, deixando a questão com duas respostas corretas, solicitamos a **anulação** da questão.

Gabarito → B

28. (FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017) A Cia. Jericoacoara S. A. apresentava os seguintes valores em seu balanço patrimonial:

Cia. Jericoacoara S.A. Balanço Patrimonial – 31/12/2016			
Ativo Circulante	1.300	Passivo Circulante	1.300
Financeiro	300	Financeiro	200
Operacional	1.000	Operacional	1.100
Ativo Não Circulante	2.000	Passivo Não Circulante	700
Realizável a LP	400	Financiamentos	700
Investimentos	400	Patrimônio Líquido	1.300
Imobilizado	1.200	Capital Social	1.000
		Reservas de Lucro	300
Total Ativo	3.300	Total Passivo + PL	3.300

Com base nas informações acima, o índice de

- a) endividamento em relação ao PL é igual a 100%.
- b) imobilização do PL é igual a 2.
- c) liquidez corrente é igual a 1,5.
- d) liquidez geral é igual a 0,85.
- e) composição do endividamento é igual 39%.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

- a) endividamento em relação ao PL é igual a **100%**.

Errado, o valor do endividamento em relação ao PL será obtido da seguinte maneira:

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{PL}}$$

Assim, temos que: $\text{Endividamento} = \frac{1300+700}{1300} \cong 153\%$

- b) imobilização do PL é igual a 2.

Errado, a imobilização do PL é calculada assim:

Imobilização do capital próprio (antigo)

$$\text{ICP} = \frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

Imobilização do capital próprio (novo)

$$ICP = \frac{\text{Ativo não circulante - realizável a longo prazo}}{\text{Patrimônio líquido}}$$

Diante do exposto: $ICP = \frac{2000-400}{1300} \cong 1,23$

Como o ICP foi maior que 1, significa que há recursos de terceiros financiando o Ativo Permanente.

Como o Permanente possui uma característica de realização indireta e mais lenta, é recomendado que seja financiado por recursos próprios. Mas essa não é uma regra absoluta, depende do tipo de empresa e do mercado em que ela atua.

Observação: Ativo Permanente é a denominação antiga. Atualmente, seria "Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo" ou "Investimentos permanentes + Imobilizado + Intangível". Se na questão aparecer "Ativo Diferido", deve ser considerado também.

c) liquidez corrente é igual a 1,5.

Errado, este índice apresenta a capacidade da empresa pagar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo (ativo circulante). É um índice muito utilizado e considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa.

Liquidez corrente

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

$$LC = \frac{1300}{1300} = 1$$

Isto significa que a empresa possui R\$ 1,00 reais no ativo circulante para cada real de dívida, a curto prazo.

d) liquidez geral é igual a **0,85**.

Correto, este índice indica a capacidade da empresa de pagar suas dívidas de curto e longo prazo, usando os recursos do Ativo Circulante e do Ativo Realizável a Longo Prazo.

Liquidez geral ou total

$$LG: \frac{\text{Ativo circulante} + \text{Ativo realizável a LP}}{\text{Passivo circulante} + (\text{Passivo não circulante} - \text{Receita diferida})}$$

$$LG = \frac{1300 + 400}{1300 + 700} = 0,85$$

e) composição do endividamento **é igual 39%**.

Errado, esse índice evidencia a participação das dívidas de curto prazo em relação ao endividamento total.

Composição do endividamento

$$CE = \frac{\text{Passivo circulante}}{\text{Exigível total}}$$

$$CE = \frac{1300}{1300 + 700} = 0,65$$

Gabarito → D

29. **(FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)** A empresa Genipabu S.A. controla o próprio estoque pelo critério da Média Ponderada Móvel. No mês de dezembro de 2016, a empresa realizou as seguintes operações:

Data	Operação	Quantidade (unidades)	Preço de compra (unitário)	Preço de venda (unitário)
02/12/16	Compra	300	R\$ 20	-
10/12/16	Venda	120	-	R\$ 40
23/12/16	Venda	90	-	R\$ 40
29/12/16	Compra	60	R\$ 20	-

A empresa possuía, no final de novembro de 2016, 300 unidades em seu estoque final, ao custo médio unitário de R\$ 10,00. O valor do estoque final de 2016 era, em reais,

- a) 6.955,00
- b) 8.100,00

- c) 6.000,00
- d) 7.050,00
- e) 3.000,00

Comentários:

Pelo critério de avaliação da Média Ponderada Móvel, a cada entrada de mercadorias o preço unitário é alterado.

Podemos resolver essa questão com uma ficha de estoque:

	Entradas			Saídas			Saldo		
	VU	QTD	Total	VU	QTD	Total	VU	QTD	Total
Estoque Inicial							R\$ 10,00	300	R\$ 3.000,00
Compra	R\$ 20,00	300	R\$ 6.000,00				R\$ 15,00	600	R\$ 9.000,00
Vendas				15	210	3150	R\$ 15,00	390	R\$ 5.850,00
Compra	R\$ 20,00	60	R\$ 1.200,00				R\$ 15,67	450	R\$ 7.050,00

Solução alternativa:

Como a questão solicita apenas o valor do estoque final, não precisamos calcular o valor unitário dos produtos a cada entrada. Trabalharemos apenas com os saldos totais do estoque:

Saldo Inicial	R\$ 3.000,00
(+) Entrada de Mercadorias	R\$ 6.000,00
(-) Saída de Mercadorias	-R\$ 3.150,00
(+) Entrada de Mercadorias	R\$ 1.200,00
Saldo Final	R\$ 7.050,00

Gabarito → D.

30. **(FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)** A Cia. Catarinense apresentou, em 31/12/2015, as seguintes demonstrações contábeis:

Balanço Patrimonial (em reais)

Ativo	31/12/14	31/12/15	Passivo	31/12/14	31/12/15
Ativo Circulante	210.000	426.000	Passivo Circulante	150.000	225.000
Disponível	100.000	246.000	Fornecedores	150.000	175.000
Duplicatas a Receber	110.000	180.000	IR/CSLL a pagar	-	50.000
			Passivo Não Circulante	190.000	205.000
Ativo Não Circulante	350.000	354.000	Empréstimos	190.000	205.000
Investimento	150.000	164.000			
Imobilizado		-	Patrimônio Líquido	220.000	375.000
Edifícios	200.000	200.000	Capital Social	200.000	200.000
Depreciação Acumulada Edifícios		(10.000)	Reservas de Lucros	20.000	150.000
Total do Ativo	560.000	780.000	Total do Passivo + PL	560.000	780.000

Demonstração de Resultados do Exercício de 2015 (em reais)

Receita Bruta de Vendas	760.000
(-) Impostos sobre Vendas	(160.000)
(=) Receita Líquida de Vendas	600.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(280.000)
Lucro Bruto	320.000
Despesas gerais e administrativas	(72.000)
Despesa de depreciação	(10.000)
(+/-) Outras receitas operacionais	
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.000
(+/-) Resultado financeiro	
Despesa financeira	(15.000)
Lucro antes do IR e CSLL	237.000
Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(82.000)
Lucro Líquido	155.000

Com base nas demonstrações acima, sabendo-se que houve distribuição e pagamento de dividendos no valor de R\$ 25.000,00 e que as despesas financeiras não foram pagas, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais foi, em reais,

- a) 166.000,00.
- b) 146.000,00.
- c) 171.000,00.
- d) 121.000,00.
- e) 103.000,00.

Comentários:

Elaborando a DFC pelo método Indireto, temos a seguinte estrutura:

Atividades operacionais

Lucro líquido

- (+) Depreciação, amortização e exaustão
- (+)(-) Resultado da equivalência patrimonial
- (+)(-) Resultado na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis
- (+) Despesas financeiras que não afetam o caixa
- (-) Receitas financeiras que não afetam o caixa
- (=) **Lucro ajustado**

(+)(-) Variação nas contas do ativo circulante e realizável a longo prazo:

- Duplicatas a receber
- Clientes
- (PDD)
- (Duplicatas descontadas)
- Estoques
- Despesas antecipadas

(+)(-) Variação nas contas do passivo circulante e passivo não circulante:

- Fornecedores
- Contas a pagar
- Impostos a recolher

Organizando as informações fornecidas pela questão:

Lucro líquido	R\$ 155.000,00
(+) Depreciação, amortização e exaustão	R\$ 10.000,00
(-) Resultado da equivalência patrimonial	-R\$ 14.000,00
(+) Despesas financeiras que não afetam o caixa	R\$ 15.000,00
(=) Lucro ajustado	R\$ 166.000,00
(-) Aumento Duplicatas a receber	-R\$ 70.000,00
+ Aumento em Fornecedores	R\$ 25.000,00
(+) Aumento em Impostos a recolher	R\$ 50.000,00
Fluxo Gerado pelas Atividades Operacionais	R\$ 171.000,00

Gabarito → C

31. **(FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)** A empresa Manequim Challenger S.A. fez uma aplicação financeira em

30/11/2016, adquirindo um título no mercado financeiro no valor de R\$ 5.000,00, que remunera à taxa de 10% ao mês. Este título, conforme orientação da controladoria da empresa, foi classificado na data da aquisição como “mantido até o vencimento” e o seu valor de mercado 30 dias após a sua aquisição era R\$ 5.450,00. De acordo com estas informações, em 30/12/2016, a empresa reconheceu

- a) receita financeira no valor de R\$ 500,00.
- b) receita financeira no valor de R\$ 450,00.
- c) receita financeira no valor de R\$ 500,00 e ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no valor de R\$ 50,00 (saldo devedor).
- d) receita financeira no valor de R\$ 450,00 e ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no valor de R\$ 50,00 (saldo credor).
- e) no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, o valor de R\$ 500,00.

Comentários:

Questão já comentada em nosso canal do YouTube. Confira:

<https://www.youtube.com/watch?v=1aXZRnidRFs&t=389s>

Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento” ficam avaliados pela “curva do papel” ou “custo amortizado”, que corresponde ao valor do título mais os rendimentos (juros). Os rendimentos são classificados como Receita Financeira, no Resultado do Exercício.

Esses títulos não são ajustados pelo valor justo. Portanto, o valor de mercado está aí só para confundir, pois não será usado.

Assim, temos:

Valor do título \$5.000 x juros 10% = \$500

Classificado como Receita financeira.

Gabarito → A

32. **(FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)** A diretoria da empresa BMS Beer S. A. está preocupada com a distribuição de dividendos. O Lucro Líquido da empresa em 2016 foi R\$ 200.000,00. No início de 2016, o Capital Social da empresa era R\$

1.000.000,00, o saldo da Reserva Legal era R\$ 150.000,00 e o saldo da Reserva Estatutária era R\$ 100.000,00.

O Estatuto Social da empresa determina a seguinte destinação do lucro:

- Reserva Legal – de acordo com a Lei no 6.404/76.
- Reserva Estatutária – 10% do lucro líquido.
- Dividendo Mínimo Obrigatório – 30% do lucro líquido. Sabendo-se que, de acordo com o orçamento de capital aprovado em assembleia, a empresa precisaria reter R\$150.000,00 do lucro para realizar os investimentos esperados, o valor retido como Reserva para Expansão e o valor distribuído como Dividendo Mínimo Obrigatório foram, respectivamente, em reais,

- a) 110.000,00 e 60.000,00.
- b) 113.000,00 e 57.000,00.
- c) 150.000,00 e 20.000,00.
- d) 113.000,00 e 60.000,00.
- e) 110.000,00 e 57.000,00.

Comentários:

Questão com muitas informações, mas relativamente simples para resolver. Vamos lá:

Limite da Reserva Legal: Capital Social x 20%

Limite da Reserva Legal: \$1.000.000 x 20% = \$ 200.000

Limite \$200.000 – Reserva Legal já constituída \$150.000 = \$50.000

Reserva Legal = Lucro Líquido x 5%

Reserva Legal = \$200.000 x 5% = \$10.000

Portanto, a Reserva Legal foi de \$10.000.

Dividendos = Lucro Líquido x 30%

Dividendos = \$200.000 x 30% = \$60.000

Reserva Estatutária = Lucro Líquido x 10%

Reserva Estatutária = \$200.000 x 10% = \$20.000

Até agora temos:

Lucro Líquido	R\$ 200.000,00
Reserva Legal	-R\$ 10.000,00

Reserva Estatutária	-R\$ 20.000,00
Dividendos Obrigatórios	-R\$ 60.000,00
Saldo Lucro Líquido	R\$ 110.000,00

A empresa gostaria de destinar \$150.000 para Reserva para Expansão, mas só sobrou \$110.000.

Assim, irá destinar esse valor (\$110.000) para Reserva para Expansão e \$60.000 para dividendos mínimos obrigatórios.

Gabarito → A

33. **(FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)** A empresa AliCaCo S. A. iniciou, em julho de 2016, um projeto de sistemas coordenado pela sua área de TI para venda futura. Até o final de novembro de 2016, a empresa tinha incorrido em gastos no valor de R\$ 500.000,00. Em 01/12/2016, a empresa conseguiu demonstrar a viabilidade econômica desse projeto. Em dezembro de 2016, os gastos com o desenvolvimento do sistema foram R\$ 300.000,00, totalizando um gasto de R\$ 800.000,00 para o desenvolvimento do referido projeto.

Sabendo-se que o valor recuperável estimado, em 31/12/2016, foi R\$ 400.000,00, o valor que a empresa deveria ter apresentado na conta Intangível, referente a este projeto, é, em reais,

- a) 800.000,00.
- b) 500.000,00.
- c) 100.000,00.
- d) 400.000,00.
- e) 300.000,00.

Comentários:

Pesquisa e desenvolvimento: Anteriormente, eram tratados como uma coisa só.

Mas o Pronunciamento CPC 04 – Ativo Intangível estabelece tratamentos distintos para a pesquisa e para o desenvolvimento de produtos.

Vejamos sua definição, conforme o Pronunciamento CPC 04:

Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a expectativa de adquirir novo conhecimento e entendimento científico ou técnico.

Desenvolvimento é a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em um plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.

A diferença de contabilização é a seguinte:

Pesquisa: nenhum ativo intangível resultante de pesquisa deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.

Desenvolvimentos: com relação aos projetos de desenvolvimento, a empresa deve atender às seguintes condições:

- (a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- (c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;
- (d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;
- (e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- (f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Se a empresa demonstrar que atende a estas condições, os gastos com o projeto de desenvolvimento são reconhecidos (contabilizados) no Intangível. Do contrário, vão para despesa quando incorridos.

NOTA: os critérios acima se aplicam a pesquisa e desenvolvimento internos. Se a empresa adquirir um projeto de pesquisa de outra empresa, deverá classificá-lo como intangível.

Muito bem. De volta à questão: a empresa conseguiu demonstrar a viabilidade econômica desse projeto em 01/12/2016.

Assim, os gastos a partir dessa data (01/12/16) ficam ativados, ou seja, ficam contabilizados no Ativo Intangível. Os gastos anteriores ficam contabilizados como despesa, no resultado.

Gastos de dezembro = \$ 300.000 = Ativo Intangível.

Gabarito → E

34. **(FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)** A empresa Tudo em Cima S. A., em 01/12/2016, realizou uma venda no valor de R\$ 240.000,00. A condição de recebimento da venda acordada foi R\$ 120.000,00 à vista e o restante (R\$ 120.000,00) para ser recebido em 31/05/2018.

Esta transação foi realizada nestas condições a pedido do cliente, uma vez que o prazo, normalmente, concedido pela empresa é de 60 dias.

Sabe-se que se o cliente efetuasse a compra à vista, ele teria pagado o montante total de R\$ 220.000,00. Em 31/12/2016, o valor equivalente à vista que seria recebido do cliente era R\$ 101.000,00.

Com base nestas informações, no mês de dezembro de 2016, a empresa reconheceu, em reais, Receita de Venda de

- a) 220.000,00.
- b) 240.000,00.
- c) 221.000,00.
- d) 220.000,00 e receita financeira de 1.000,00.
- e) 240.000,00 e despesa financeira de 1.000,00.

Comentários:

O objetivo do Ajuste a Valor Presente é separar o componente comercial do componente financeiro (juros) nas vendas a prazo.

O valor da venda a vista é de \$220.000. Como foi realizada a prazo, foi cobrado o valor de \$ 240.000, sendo que a diferença (\$20.000) é receita financeira (componente financeiro da venda, ou seja, os juros).

A contabilização inicial fica assim:

D – Caixa (ativo)	120.000
D – Contas a Receber (Ativo)	120.000
C – Ajuste a valor presente – Clientes (Retif. do Ativo)	20.000

C – Receita de Vendas (Resultado) 220.000

Caixa	Cientes	AVP - Clientes	Receita de Vendas
120.000	120.000	20.000	220.000

O Ajuste a Valor Presente (conta retificadora do Ativo) deve ser transferido para Receita Financeira ao longo do tempo, por competência. A questão informa que o valor a ser transferido no final de dezembro é de \$1.000. A contabilização fica assim:

D - Ajuste a valor presente (Retificadora do Ativo) 1.000
C – Receita Financeira (Resultado) 1.000

Caixa	Cientes	AVP - Clientes	Receita de Vendas
120.000	120.000	20.000	220.000
	Receita Financeira	1.000	
	1.000		

Em dezembro, a empresa reconheceu (contabilizou) \$220.000 de receita de vendas e \$1.000 de receita financeira.

Gabarito → D

35. **(FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)** A Demonstração do Valor Adicionado – DVA tem por objetivo evidenciar a riqueza gerada pela empresa em determinado período e a forma como foi distribuída. Para elaborar a sua DVA, a Cia. Aberta obteve algumas informações apresentadas abaixo. (em R\$)

	(em R\$)
Receita de Vendas	700.000,00
Despesa de salários	50.000,00
FGTS depositado nas contas dos funcionários	4.000,00
ICMS incidente sobre as vendas	105.000,00
ICMS incidente sobre as mercadorias vendidas adquiridas de terceiros	30.000,00
INSS, parte empregador	11.000,00

Com base nessas informações, a riqueza distribuída na forma de impostos, taxas e contribuições foi, em reais,

- (A) 150.000,00.
- (B) 116.000,00.
- (C) 120.000,00.
- (D) 86.000,00.
- (E) 90.000,00.

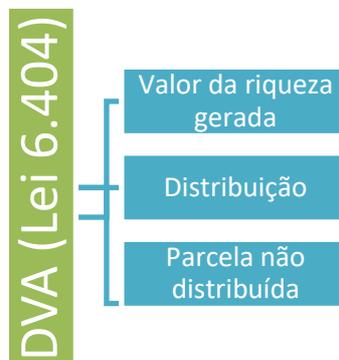
Comentários:

A Lei 6.404/76 estabelece o seguinte, sobre a Demonstração do Valor Adicionado:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo: (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

(...)

II – **demonstração do valor adicionado:** o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. **(Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)**



A lei 6.404/76, não trouxe um modelo de demonstração do valor adicionado a ser seguido, entretanto, o pronunciamento do CPC 09 o fez. Trouxe um modelo básico, aplicável às empresas em geral, o que vemos a seguir (de forma resumida):

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
1 - Receitas		
2 - Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		

4 – Retenções: Depreciação, amortização e exaustão		
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)		
8 - Distribuição do valor adicionado (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		
8.1.3 - F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais		
8.2.2 - Estaduais		
8.2.3 - Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 - Aluguéis		
8.3.3 - Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 - Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

A riqueza distribuída na forma de impostos, taxas e contribuições foi, em reais:

ICMS incidente sobre as vendas.	105.000
ICMS incidente sobre as mercadorias adquiridas de terceiros.	- 30.000
INSS, parte empregador.	11.000
Valor adicionado - Impostos, taxas e contribuições.	86.000

Gabarito → D

36. **(FCC/TRE-SP/Analista Judiciário/Contabilidade/2017)** A Cia. Verdão possuía, em 31/12/2016, no ativo imobilizado, um maquinário para a produção de camisetas.

Os saldos das contas referentes a esse maquinário, no final de 2016, são:

	(em R\$)
Imobilizado (custo de aquisição):	500.000,00
(-) Depreciação acumulada:	120.000,00
(=) Valor contábil do ativo:	380.000,00

A pedido da controladoria, em 31/12/2016, foi realizado um teste de recuperabilidade do ativo (*impairment*), obtendo os seguintes valores:

	(em R\$)
Valor em uso do maquinário:	350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	220.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a Cia. Verdão

- a) não reconheceu perda por impairment.
- b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 130.000,00.
- c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- d) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 160.000,00.
- e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 150.000,00.

Comentários:

O teste de recuperabilidade (ou impairment test), para **ativos imobilizados e intangíveis**, foi uma novidade trazida pela Lei 11.638/2007, que alterou a Lei 6.404/76. Segundo este diploma legal:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: [\(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009\)](#)

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir

resultados suficientes para recuperação desse valor; ou [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. [\(Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007\)](#)

Portanto, o artigo 183, parágrafo terceiro, prega que há necessidade de se analisar a capacidade de recuperação de valores registrados **no imobilizado e no intangível**.

Em síntese, é requisito para o reconhecimento de um ativo que ele traga benefícios econômicos futuros. Quando os benefícios econômicos futuros que esse ativo vai trazer são menores do que o valor pelo qual ele está registrado na contabilidade, devemos, então, fazer a redução do valor (isso ficará claro a seguir).

Portanto, segundo a Lei 6.404/76:

Recuperação	Registra	Quando	Adicionalmente
Imobilizados e intangíveis	Perda do valor do capital aplicado	Houver interrupção do empreendimento	Revisa a vida útil
		Os ativos não puderem produzir resultados suficientes para recuperar o valor	Ajusta depreciação, amortização, exaustão

O impairment test (ou teste de recuperabilidade) aplica-se basicamente aos ativos imobilizados e intangíveis.

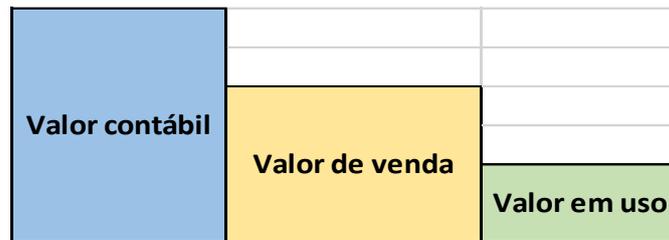
Segundo o CPC 01 – Pronunciamento Técnico destinado estritamente e este assunto:

1. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. **Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.** Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e o Pronunciamento Técnico requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. O Pronunciamento Técnico também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

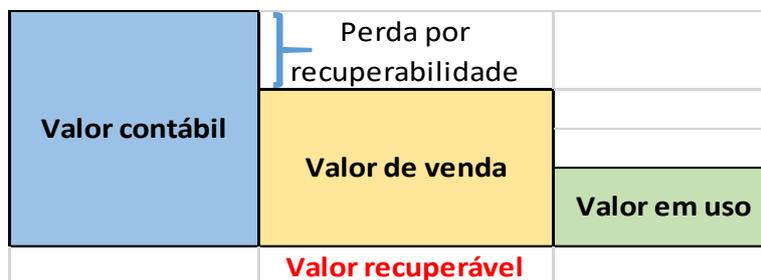
O teste de recuperabilidade tem como finalidade principal apresentar o **valor real pelo qual um ativo será realizado**. Essa realização

poderá ser feita tanto pela venda do bem, quanto pela sua utilização nas atividades empresariais. Vejam que a norma fala em: **assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.**

Vamos exemplificar. É simples!



Dissemos que o ativo não pode ficar registrado por valores superiores ao de recuperação. A recuperação dos valores de um ativo pode se dar se nós decidirmos vender esse ativo ou então se produzirmos mercadorias, por exemplo, e vendermos. Então, **é só comparar o valor contábil com o maior desses valores (esse será o chamado valor recuperável).**



Vamos ver a maneira como deve ser feito o teste de recuperabilidade?

1) Encontramos o valor contábil na data em que será feita a comparação.

O valor contábil será encontrado do seguinte modo:

- a) Pegamos o valor de aquisição
- b) Retiramos a depreciação, amortização, exaustão existentes
- c) Subtraímos de (a) o valor de (b)

2) Encontramos o valor recuperável: maior entre valor justo e valor em uso.

2.1) Valor justo líquido de despesa de venda: Encontramos o valor pelo qual o ativo poderia ser vendido no mercado e retiramos as despesas de venda.

2.2) Valor em uso: Pegamos o valor que podemos obter com a venda de produtos oriundos deste ativo, trazendo a valor presente (a questão dará uma taxa de desconto). Somamos a isso o valor pelo qual podemos vender o ativo no final do período.

3) Comparamos o valor recuperável com o valor contábil:

3.1) Valor contábil maior que valor recuperável: fazemos a redução do valor.

3.2) Valor contábil menor que valor recuperável: nada há que ser feito, em homenagem ao princípio da prudência.

Neste caso,

Valor contábil	380.000,00
Valor recuperável	350.000,00 (maior entre 350 e 220).

Logo, temos de **reconhecer uma perda de R\$ 30.000,00.**

Gabarito → C.